

PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO UNIÃO BRASIL E PSB – ELEIÇÕES 2024

O Plano de Governo da coligação União Brasil/PSB, denominado **CAMPOS PODE MAIS**, constitui uma visão otimista, porém cautelosa, dos candidatos a Prefeito, Madeleine E a vice-prefeito, Oziel Baptista Crespo Filho, no município de Campos dos Goytacazes, eleição de 2024. Embora sejam nomes que não figuram nas correntes tradicionais da política deste município, constam, por isso mesmo, como cidadãos merecedores do apoio da sociedade, por suas competências profissionais, bem como pela responsabilidade com que exercem suas atividades.

O Plano de Governo da coligação está constituído de eixos que não podem deixar de nortear a administração pública, por imposição legal, mas bem estruturados e a partir de uma gestão consciente e competente, vai contribuir, decisivamente, por uma melhor qualidade de vida dos cidadãos campistas, em toda o vasto território de mais de quatro mil quilômetros quadrados, constituindo, como é de domínio público, no maior município do Estado.

Embora muito conhecidos da sociedade, os candidatos são a seguir apresentados com um breve currículo de cada um:

Candidata a Prefeita: Madeleine Dyckman Farias(**Delegada Madeleine**).

Candidato a Vice-prefeito: Oziel Baptista Crespo Filho(**Ozielzinho**)

EIXOS DO PLANO DE GOVERNO

Como destacado acima, o Plano de Governo da coligação **CAMPOS PODE MAIS** é constituído de eixos que vão conter metas que vão ser perseguidas ao longo do atual governo, mas devem figurar como base para o futuro, tendo em vista que contém muitas sugestões da própria sociedade, porquanto foi elaborado acatando sugestões e pensamentos dos mais importantes segmentos organizados da vida privada do município. Eis os eixos:

- 1 – Gestão Estratégica e Cidadã;
- 2 – Desenvolvimento Sustentável
- 3 – Direitos Básicos;
- 4 – Políticas urbanas;
- 5 – Novas economias.

A seguir e para melhor compreensão, o Plano de Governo detalha cada um dos eixos em sub eixos

1.1 – A Gestão Estratégica da Coligação vai promover um choque nos modelos usuais com o objetivo de tornar a administração viável a partir do equilíbrio receita/despesa, inclusive com a otimização da estrutura existente, caso isso seja imperativo para controle dos gastos, administração

da elevada dívida pública, transparência, programada rigoroso de integridade(compliance),etc. Com isso e na expectativa de mudanças nas amarras constitucionais dos gastos públicos, a administração espera dispor de mais recursos para despesas discricionárias, o que vai criar maior capacidade de investimentos.

1.1.1 – Fazer o levantamento e precificar o patrimônio imobiliário da Prefeitura, que é a maior proprietária do município e dispõe de imóveis que nem sabe, exatamente, onde estão, ou em que situação se encontram. Isso deve ficar pronto no primeiro ano do governo.

1.2 - Inovação e descentralização figuram como estratégicas para otimização dos gastos públicos, além de motivar o servidor e dar mais segurança e agilidade aos serviços públicos indispensáveis ao povo. A administração precisa caminhar em direção ao digital, ingressando efetivamente nas chamadas smart cities, até como motivação para atrair investimentos privados e motivar a residência no município.

1.3 – Governança interna, isto é, entre os muros do município, com transparência, respeito aos setores organizados do município, assim como fortalecimento dos conselhos que exercem importante controle social, uma verdadeira arma contra a corrupção.

1.4 - Governança externa é uma integração regional, bem como o Governo do Estado e Brasília(União – Executivo e Legislativo). Há muitos pleitos de Campos que promovem benefícios regionais, como, por exemplo, a questão da infraestrutura. É a base para que consigamos constituir um planejamento regional, aproveitando a existência de um Consórcio de Municípios como atividades e estrutura reconhecidas nas esferas municipal, estadual e federal.

1.4.1 – Trabalhar antenado com o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Estado(PEDES), principalmente com relação a: erradicação da pobreza, garantia da segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica, contribuição à descarbonização, redução do impacto dos resíduos sólidos, vantagem competitiva associada à economia do conhecimento, oportunidades de trabalho e emprego, fortalecimento das economias urbanas e socialmente inclusivas, etc.

1.5 – Política de valorização do servidor público, não apenas como foco em vencimentos, mas no aperfeiçoamento de todo o capital humano da administração municipal, bem como profundo respeito ao final de vida, isto é, fim da invasão indevida e ilegal no patrimônio previdenciário dos funcionários.

1.6 – Observação crítica. Uma das ações a ser praticada logo no início do Governo é um diagnóstico da situação geral da prefeitura, sobretudo nos aspectos receita e despesa, o que será facilmente levantado na análise da execução orçamentária em confronto com o que foi proposto no orçamento para o novo ano. O que houver de bom, será aperfeiçoado e melhorado. O que for ruim, isto é, sem resultado prático, será extirpado.

2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Adotou-se essa nomenclatura para mostrar que o desenvolvimento não se faz apenas do econômico, mas o mesmo alinhado com o ambiental e o social, seguindo-se a trilogia da sustentabilidade, que se baseia nesses pilares, o que, aliás, já vem sendo praticado pelas empresas, a chamada política ESG. É equivocada a visão de que só o econômico gera renda; na realidade, o ambiental pode promover muito mais renda para o investimento econômico, ou levá-lo ao fracasso. E o mesmo acontece com o social, pois gastos com assistência social deve ser visto como investimento à medida que alcança pessoas em situação dos mais diferentes riscos; investir nelas é salvá-las e salvando-as caminharemos para redução das desigualdades. O que não admitiremos no nosso governo é o uso dessa assistência com fins eleitorais, ou eleitoreiros.

2.1 – Um desafio do **Governo Madeleine/Oziel** será lutar permanentemente pela atração de novos negócios para o município, alternativa única para geração de emprego e renda. A dependência de parte da população de emprego público e das remunerações do sistema previdenciário só serão vencidos com o crescimento da economia interna do município, o que, infelizmente, não vem acontecendo nos últimos 20 anos.

2.2 – Agressiva política de marketing. O município de Campos precisa se mostrar mais lá fora, destacando o que de bom pode oferecer para suportar novos negócios, empreendimentos de base industrial, tecnológica, etc. A cidade não pode ser conhecida em diferentes ambientes só pelas questões negativas, principalmente de lutas políticas.

2.3 – Reestruturação do Fundo de Desenvolvimento de Campos(FUNDECAM) que vem sendo utilizado apenas para micro créditos, ou tendo sua imagem desvirtuada, ao invés de se pensar em algo concreto, de mais de 20 anos, que pode ser a válvula para o empreendedorismo. A meta da coligação é perseguir parcerias com grandes organismos do mercado financeiro, de modo a oferecer crédito sem sangrar as finanças municipais. As últimas empresas que se instalaram em Campos foram a partir do fundo, mas a visão política deturpada contabiliza apenas o que não deu certo.

2.4 – Nesse eixo, a meta é criar um Conselho Municipal que contribuirá com o monitoramento permanente dessa área, avaliando cenários e perspectivas, bem como apontando rumos que vão dar uma visão, para o público externo, do interesse em apoiar o empreendedorismo, venha de onde vier. Campos já experimentou isso, mas virou uma plataforma de reivindicações que estariam fora do alcance do planejamento orçamentário de curto prazo.

2.4.1 – COMPROMISSO ASSUMIDO COM INSTITUIÇÕES: Criação do Conselho da Cidade.

2.5 – AGRO. - Desenvolvimento econômico sustentável a partir da Agricultura, da agropecuária. Esse eixo é de tamanha importância que vai merecer o desdobramento em inúmeras vertentes, considerando as vocações regionais:

2.5.1 – O setor, cuja razão de ser é a produção de alimentos, gerando recursos aos seus produtores, vai merecer maior orçamento, pois tem sido um dos itens menos contemplados com os recursos anuais. Não se trata de favores, mas sim de estrutura básica que possa motivar os donos de terras a ingressarem em novos ambientes de produção, iniciativas de poucos por aqui. E nesse aspecto da motivação, maior apoio será dado à agricultura familiar, que tem condições de dar resposta rápida para o crescimento do PIB municipal.

2.5.2 – Desmistificar o uso de tecnologias para incremento da produção, tornando mais fácil aos produtores o acesso ao que vem desenvolvendo a academia da região.

2.5.3 – Criar mecanismos que facilitem o escoamento da produção, aperfeiçoando o que já vem sendo adotado, mas com novo enfoque em relação à logística. Produzir em seu próprio território é uma alternativa de se evitar a exportação de dinheiro.

2.5.4 – Apoiar com diferentes incentivos aqueles que realmente entrar firme na produção, inclusive os assentados. É preciso motivar essas pessoas que são utilizadas numa política nefasta que não proporciona redução das desigualdades.

2.5.5 – Realizar eventos permanentes para difusão de iniciativas dos produtores, bem como para alimentar o marketing do município nessa área. Os eventos devem ser sempre co-realizados, envolvendo as instituições do setor, tanto públicas, quanto privadas, assim como as do Governo do Estado.

2.5.6 – Transformar a pesca em atividade de especial interesse público, abandonando a visão de que se trata de uma produção marginal, sem fins econômicos, sociais e ambientais. Isso inclui a piscicultura e não apenas a pesca artesanal hoje existente.

2.5.7 – Estabelecer como meta de Governo a construção de instalações que promovam a reservação de água para sustentar a irrigação em períodos críticos. Somos a região que mais tem água no Estado, mas não dispomos de capacidade para atender a demanda, sobretudo na agricultura.

2.5.8

2.5.7.1 – Limpeza de canais, sobretudo na Baixada, vai ser programa permanente no Governo, por meios próprios, mas com o compartilhamento de organismo da sociedade já existente para o setor, como Comitê de Bacia.

2.5.8 – Aperfeiçoar e ampliar programas sanitários que possam permitir aos produtores agregarem mais valor a produtos semi processados, sobretudo no campo dos laticínios. Isso é o reconhecimento ao papel das pequenas ou micro indústrias, mas que, igualmente, contribuem para o desenvolvimento sustentável.

2.5.9 – Aplicar, no que couber, as políticas estadual e nacional que preconizam incentivos à produção de baixo carbono; Estabelecer como prioridade a luta junto ao Governo do Estado para implantação do Programa de Desenvolvimento Florestal, considerando o poder da biomassa na descarbonização e na transição energética.

2.6 – TURISMO. Um dos principais eixos da geração de emprego é timidamente trabalhado em Campos. A principal meta do Governo da Coligação CAMPOS PODE MAIS é desenvolver uma Política Municipal de Turismo, de modo a estruturar a atuação do município, inclusive integrá-lo a uma política regional, estadual e nacional de turismo. Metas a serem perseguidas:

2.6.1 – Promover o levantamento da estrutura útil de atendimento ao turismo, tais como, transporte, alimentação(cozinha tradicional e gourmet), hospedagem, recursos humanos, etc.

2.6.2 – Levantar os pontos alvos de interesse turísticos, tais como: recursos naturais, igrejas históricas, bem como aspectos históricos, prédios históricos, etc. .

2.6.3 – Incentivar a cultura do turismo interno, inclusive com preparação de recursos humanos de impacto direto. Hoje é importante, ou fundamental, pessoas que falam outros idiomas, como inglês e espanhol.

2.6.4 – Estabelecer um programa de divulgação de eventos, tradicionais ou eventualmente promovidos. Rede pode ser criada a partir dos próprios eventos.

2.6.5 – Transformar a classificação do município hoje considerado Classe B, igualando-o à vizinha Macaé que já é Classe A.

2.6.6 – Inserir a cultura como um tema relevante para o desenvolvimento do turismo. A cultura deve priorizar os eventos tradicionais da população, como a folia de reis, por exemplo.

2.7 – MEIO AMBIENTE. Ícone da sustentabilidade, o desenvolvimento focado no Ambiente pode representar muito para a imagem do município e de suas atividades empresariais. É indispensável uma estrutura moderna para atendimento aos munícipes. Para tanto, depende de pessoal em constante treinamento, desburocratização e uma relação ativa com toda a população, sobretudo nas escolas.

2.7.1 – Uma das principais metas do Governo é a consolidação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, conforme preconizado pela lei federal 12.305. E também um plano de gerenciamento dos resíduos que o próprio serviço público gera.

2.7.1.1 – Cadastrar as empresas que beneficiam resíduos, assim como incentivar o cooperativismo da mesma área, ampliando a estrutura já existente no município;

2.7.2 – Desburocratização do licenciamento municipal, inclusive com adoção do auto licenciamento.

2.7.3 – Lutar por pontuação em todos os itens que impactam mais o índice para o ICMS ambiental, o que pode representar recursos para o próprio setor público municipal. Esse recurso que o município recebe tem sido aplicado fora do setor, deixando a pasta do Ambiente em plano secundário

2.7.4 – Estimular a cultura da economia circular, inclusive com incentivos tributários às empresas que adotarem essa prática.

2.7.5 – Ampliar a coleta seletiva de modo a que isso alcance todos os pontos do município. Isso pode levar Campos a um estágio bem reconhecido, nacionalmente, se feito com o rigor que a lei estabelece. É fruto de uma campanha educacional, também.

2.7.6 – Impor mais responsabilidades às concessionárias que controlam o saneamento no município, isto é, a coleta de resíduos, a limpeza pública, o abastecimento de água e a coleta/tratamento de esgoto.

2.7.8 – Criar uma Câmara de Compensação para disciplinar a agilização da cobrança de multas aplicadas sobre infrações ao meio ambiente. Isso deverá ser regularizado por lei e decreto do Executivo.

2.7.9 – Participar da implantação da Política Estadual de Desenvolvimento Florestal, bem como da que preconiza a restauração florestal nos limites do município, ou em ações integradas regionalmente.

Obs.: esse eixo está em sintonia com o item 5.3.5 no capítulo sobre uso do solo

DESTAQUE ESPECIAL – O programa de desenvolvimento foi alicerçado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS) da Organização das Nações Unidas, dos quais o município não pode ignorar nem deixar de contribuir para o seu alcance, por ser, também, um compromisso dos Governos do Estado e da União.

3 – DIREITOS BÁSICOS. Nesse eixo, o Governo da Coligação **CAMPOS PODE MAIS** vai trabalhar as questões de saúde, educação, segurança e assistência social, demonstrando que ao cuidar desses direitos estará contribuindo para o desenvolvimento sustentável, à medida que pode reduzir desigualdades e levantar a auto estima da população. É importante ressaltar que esse é um eixo especial, mais sensível e crítico, pois é o que consome mais recursos, especialmente em Campos dos Goytacazes. E os recursos dessas áreas são de aplicação obrigatória, percentualmente falando. Cabe, então, à administração o dever de definir políticas públicas cuidadosas e indispensáveis para que os recursos de aplicação obrigatória produzam maior resultado. É nosso compromisso!

3.1 – **Saúde tem pressa, não espera.** Esse é um lema que deve imperar na assistência de saúde. Quem procura um médico, um hospital ou um posto de saúde, não o faz de brincadeira. Nessa hora, o socorro tem que ser imediato, porque descuidos podem levar a perda de vidas. Campos tem uma

verdadeira rede de hospitais, mas a estrutura pública é a mais demandada, porque é para todos. Mas, essa estrutura deixa a desejar em função da questão do transporte público.

3.2 – Compromisso da Coligação: identificar a necessidade de estruturação de mais um hospital, provavelmente na região do chamado IPS, hoje o bairro que mais cresce em Campos, depois de Guarus. E as pessoas precisam fazer grandes deslocamentos, principalmente para hospitais públicos, como Goytacazes(São José) e Guarus(HGG). É nessa hora que as unidades de saúde são mais demandadas e, por isso mesmo, não podem ter atendimento só em algumas horas por dia. UBS 24 horas de verdade É o nosso compromisso.

3.4.3 – Hospital conveniado tem que ter gestão compartilhada. Receber recursos públicos e não entregar resultados não é convênio. A gestão da saúde precisa dar atenção especial a isso, com gente exclusiva na atenção e fiscalização dos convênios.

3.4 – Conferência anual da saúde. Monitorar é dar autoridade aos conselhos da área. Não se admite discutir as questões da saúde apenas nas horas críticas. As avaliações raramente acontecem. Às vezes, nem estatísticas corretas a saúde tem. Como planejar sem dados. Planejar sem dados é jogar dinheiro fora.

3.5 – Ampliar e descentralizar o atendimento hoje concentrado no antigo Centro de Saúde, sobretudo nas atenções a crianças, gestantes e idosos.

3.6 – Informatizar o sistema de agendamentos na saúde, sobretudo a reserva de vagas para consultas, impedindo o que ocorre hoje, onde o setor é dominado por favores de apadrinhados do governo, em prejuízo da população.

4 – **Educação.** Ensino avaliado. Não se pode cuidar apenas da fiscalização dos recursos financeiros. É preciso aprofundar na avaliação dos resultados, isto é, do aprendizado nas escolas públicas municipais, pois essa é a fase do ensino básico, ou seja, o aluno se motiva, ou se exclui da educação.

4.1 – A principal meta na área da educação é levar o município a pontuar melhor nos índices criados pelo Governo para identificar o comportamento de cada ente com relação ao aprendizado no país. Isso hoje é imperativo porque influi também na constituição de receitas públicas, não apenas do FUNDEB, mas também do Índice de Participação dos Municípios.

4.2 – Programa permanente de aperfeiçoamento dos educadores. Isso precisa ser obrigatório, com realização de cursos, seminários e debates no período de férias. Pode-se dedicar pelo menos uma semana em cada período, computando isso para promoção dos professores.

4.3 – O ensino básico é de responsabilidade do município e precisa ser o alicerce para o futuro do estudante. Uma escola municipal que desperte tanto interesse quanto as escolas particulares, ou que sejam equivalentes em qualidade. Não é projeto para um governo, mas plataforma estratégica que deve avançar além dos mandatos dos prefeitos.

4.4 – Escola como contribuição à elevação da auto estima da população. Para que as pessoas futuramente amem mais seu município precisam conhecer sua história. Implantar a história do município nos currículos escolares, inclusive com a promoção de eventos para fixação desse aprendizado. Premiar autores e professores que se dedicarem ao tema.

4.5 – Seguir as normativas da Lei de Diretrizes e Base da Educação é obrigação do município. Mas, nada impede que o município faça acréscimos que representam fluxo de aprendizagem capaz de reter

os alunos nas escolas nos níveis subsequentes. O município pode, por exemplo, perseguir o modelo, pelo menos em algumas unidades, da escola cívico-militar já desenvolvida em alguns estados e municípios, inclusive no Estado do Rio.

4.6 – Alimentação e transporte escolar. Atenção especial a esses dois itens, com fiscalização permanente, inclusive do Conselho Municipal de Educação, para evitar que sejam fontes de corrupção e desvios de recursos públicos.

4.7 – Escola inclusiva, em todos os sentidos.

SEGURANÇA

4.7.1 – Estabelecer um programa de apoio aos órgãos de segurança de modo que possam trabalhar integrados à estrutura da Prefeitura, como câmeras de segurança, assim como ampliar a atuação da Guarda Civil Municipal;

4.7.2 – Equipar a Guarda Civil Municipal com armamento permitido por lei. Nesse caso, o GCM só poderá usar arma se for capacitado para isso, o que não significa apenas saber manusear o armamento, mas também ter capacidade cognitiva sobre esses equipamentos e seus efeitos junto ao cidadão.

4.7.3 – Monitorar as vias públicas para mantê-las sempre em condições de visualização, isto é, promover podas de árvores e cuidar da iluminação pública, principalmente nas regiões identificadas como mancha criminal;

4.7.4 – Levar aos alunos da rede municipal e das escolas de responsabilidade de outros índices informações que possam formar consciência nos jovens sobre a questão da segurança, aí incluídos os malefícios do uso de drogas.

4.7.5 – Fazer da Guarda Municipal um ambiente de respeito ao cidadão, sobretudo com orientação sobre as questões do ambiente urbano, inclusive do trânsito. Só multa não resolve os conflitos existentes no trânsito.

4.7.6 – Fazer da Junta responsável por receber e analisar os recursos sobre ilícitos no trânsito uma espécie de Câmara de Compensação, que será dirigida por profissionais da própria Guarda, mas com amparo e fiscalização de organismos da sociedade, como o Conselho da Cidade.

4.7.7 – Integrar os aparelhos de segurança a um conselho da sociedade capaz de exercer o controle social sobre as atividades nessa área, contribuindo para a fiscalização de praxe que indica o poder de polícia da administração pública. Segurança Presente, programa do Estado, pode ser replicado, ainda que em proporção menor, aos integrantes da GCM.

4.8 – DEFESA CIVIL – Ampliar a estrutura da defesa civil para atuar preventivamente em diferentes pontos do município, com orientação às populações em áreas de maiores riscos. A atuação dessa área não pode ser limitada aos eventos críticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esse eixo é um dos prioritários para o sucesso da administração e o alcance do desenvolvimento, pois tem como base atender aos excluídos, aos mais vulneráveis, enfim, à população de baixa renda já inserida em programas de renda mínima estabelecidas pelo Governo Federal e ampliadas, quando possível, pelos Estado e Município. Detalhamento de outras ações desse subeixo:

4.8.1 – Integrar Assistência Social e a Saúde de modo a que os programas deste segundo setor sejam melhor aplicados nas comunidades, servindo, inclusive, de obrigação dos beneficiários para continuarem recebendo os benefícios sociais. Isto é: criança tem que estar na escola; programas de vacinação tem que ser observados e respeitados.

4.8.2 – Realizar, via secretaria competente, cursos sobre formação e aperfeiçoamento profissional em áreas que possam ser desenvolvidas nas próprias comunidades. Formar para desenvolver. Aprender como pressuposto da redução das desigualdades;

4.8.3 – Preparar os habitantes nesse nível de pobreza, mas que tiverem condições físicas e cognitivas, nas questões relacionadas ao meio ambiente e de saneamento em sentido amplo.

4.8.4 – Promover nas comunidades cursos que permitam preparar pessoas para programas de aproveitamento de resíduos e de economia circular como um todo, proporcionando renda aos participantes.

4.8.4.1 – Integração dos eixos de saúde, educação e assistência social para o atendimento aos especiais.

4.8.5 – Criar e implantar um Centro de Assistência Psicológica quando a saúde, ou a educação, indicar essa assistência como fundamental para o cidadão acolhido/assistido.

POLÍTICAS URBANAS

Esse é, certamente, o mais complexo de todos, pois envolve mobilidade urbana, planejamento habitacional e disciplina do solo. A cidade discute isso desde séculos antigos, com denominações diferentes, mas sempre sem encontrar a melhor alternativa. Há modelos conhecidos pelo país agora, mas sempre há um questionamento.

5.1 – Mobilidade urbana não pode ser política imposta pelo administrador público e sim proposta por uma ação compartilhada, pois certamente nenhuma medida será bem aceita. Compartilhada, divide-se responsabilidade e esse compartilhamento tem faltado em Campos.

5.1.1 – A questão mobilidade urbana será tratada de outra forma no nosso Governo, pois não se admite mobilidade divorciada de acessibilidade. A política aqui implantada está longe de atender aos princípios da mobilidade, preconizada em lei federal. E por que não atende: porque o município tem grandes dimensões, assim como a cidade e os princípios não atendem totalmente unidades desse porte. Afinal, algo idealizado em Brasília pode ser aplicado em todo o país...Por isso, as discussões tornam-se imperativas para qualquer projeto nessa área. É o nosso compromisso!

5.2 – A mobilidade urbana pressupõe uma arrumação do transporte público, que é o item mais reclamado da população que depende de ônibus, vans, etc. E isso precisa acontecer a partir do planejamento integrado, inclusive com motivação para que as pessoas utilizem-se de coletivos. Essa área precisa ser revista, mas com a participação de profissionais e de um amplo estudo das conexões necessárias. O município não pode embolar esse setor numa só unidade administrativa, como acontece hoje. Transporte público tem que ser preocupação diária, inclusive para reduzir o tempo que o trabalhador gasta de casa para o trabalho, impactando seu rendimento e em prejuízo das empresas.

5.3.1 – Planejamento habitacional – Realizar um levantamento, o mais próximo possível, sobre déficit habitacional antes de pensar em novas áreas de moradias populares. Se há indicações de queda da população e de um ordenamento familiar onde cada vez mais são menos pessoas por unidade familiar, não se pode permitir a especulação imobiliária sem a interferência do Poder Executivo. E conectar qualquer investimento com a estrutura de serviços públicos para cada área.

5.3.2 – Disciplina urbana, aí entendido o uso do solo. Não permitir que áreas ótimas para produção de alimentos sejam usadas para estruturas que podem ser implantadas em locais mais áridos. Por exemplo: disciplinar a instalação de usinas de energia fotovoltaica.

5.3.3 – Reavaliar a legislação sobre uso do solo no município, pois estudos antigos conflitam com a realidade atual. Isso deverá ser motivo de frequente monitoramento, daqui pra frente, tendo em vista o desenvolvimento almejado e as consequências positivas de empreendimentos em municípios vizinhos, como é o caso do complexo portuário/industrial do Açú.

5.3.4 – Rever as exigências de estruturas que devem ser observadas em novos loteamentos, como dimensão das

ruas, pavimentos, gabarito de prédios, etc.

5.3.5 – Compatibilizar as novas áreas residenciais com a política de saneamento, como água e esgoto tratado, bem como política de recolhimento de resíduos. Incentivar, ou premiar condomínios que comprovadamente façam coleta seletiva, ou realizem aproveitamento de resíduos, contribuindo para incremento da economia circular.

SERVIÇOS PÚBLICOS – Esse sub eixo deve ser considerado e integrado ao meio ambiente, embora nem sempre seja visto dessa forma. É uma exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos o município tem uma pasta nessa área por representar muito para a qualidade de vida da população. Não deve ser considerada apenas como recolhadora de resíduos, mas de limpeza pública, de poda de árvores, de disciplinadora da via pública agindo em conjunto com o setor de posturas.

INFRAESTRUTURA

O tema infraestrutura ganha um capítulo próprio no Plano de Governo, embora pudesse ser inserido no programa de desenvolvimento, pois isso não será alcançado sem infra estrutura. Cinge-se que Campos dos Goytacazes, por esforço de anos e sob o patrocínio da sociedade, dispõe de saneamento, energia elétrica, gestão de recursos hídricos, recolhimento de resíduos, etc. Dispõe de áreas especiais de residência, o que atrai investimentos e novos moradores residentes. Mas, ainda há muito o que fazer. Para alcançarmos a infra que estamos almejando precisamos de um planejamento estratégico, pois não será possível fazer o que listamos a seguir em apenas um governo, ou só com recursos próprios.

A infraestrutura desejada deve ser alinhada, entre outros, nos seguintes projetos que iremos perseguir:

a) – Concluir a conexão própria da ponte Alair Ferreira, na rua Espírito Santo, com a BR 101. A ponte foi inaugurada no Governo Mocaiber e até hoje os governos subsequentes não se preocuparam em terminar a obra, apesar dos transtornos que o transporte pesado enfrenta na área, em prejuízo da população ali residente;

b) – Desenvolver esforços junto ao Governo Federal e a concessionária encarregada da administração da BR 101, para construção do contorno em Campos, o que irá conectar dois eixos da mesma rodovia e da BR 356, obra que representa muito também para o Noroeste do RJ. Portanto, trata-se de mais uma ação de integração regional;

c) – Junto ao Governo do Estado, pleitear a conexão da Ponte da Integração com a BR 101, passando pelo Distrito Industrial, bem como a conclusão do projeto da rodovia do Ceramista e seu trecho extra que irá do atual traçado até o interior de São João da Barra(Trevo de Pipeiras);

d) – Duplicar a avenida Beira Valão, levando-a até a Estrada do Ceramista, tendo em vista o incremento de novas residências já observado e o que está projetado.

e) - Projetar um contorno em Goytacazes, a partir de um determinado ponto da Estrada do Ceramista, passando pela RJ que liga Goytacazes a Tocos, com saída na rodovia 216 precisamente na altura de Ponto do Carmo.

Obs.: definir isso com alterações do Plano Diretor, se necessário.

f) - Recuperar e repaginar o terminal rodoviário do Shopping Estrada.

g) – Definir áreas para implantação de usinas de geração de energia fotovoltaica. Definir, em conjunto com o Governo do Estado, prioridade para utilização da rede de canais de drenagem para montagem das placas de geração de energia fotovoltaica.

NOVAS ECONOMIAS

Alcançar o desenvolvimento, estimular novos negócios, inserir o município no mundo digital, são aspectos inerentes ao eixo Novas Economias. Com o porte de Campos, esse tema ganha cada vez mais espaço, o que impõe à administração pública destinar especial atenção e recursos, se possível, para motivar as novas economias que a tecnologia desenvolve pela nossa Academia.

- Apoiar a Incubadora de Empresas, assim como as iniciativas inovadoras que brotarem das escolas técnicas do município. Destinar bolsas para atender aos inovadores; incentivar o aproveitamento do que for desenvolvido pelos inovadores.

- Esse eixo deve envolver a escola como um todo, a partir de um determinado nível de escolaridade, aí envolvendo empreendedorismo, economia digital, assim como aspectos que vão marcar nossa vida para o futuro como descarbonização e transformação energética.

- Mapear as iniciativas desenvolvidas no município que possam ser caracterizadas como indústria criativa, pois é um setor que pode envolver pouca mão de obra, mas representa muito para a economia em unidades familiares, ou não.

- Buscar convênios com fundos que sustentam a pesquisa, no Estado e no Governo Federal, estabelecendo contrapartida do município. Exemplo: a cada um Real conquistado desses fundos, o município aporta dois. Fundo a ser gerido pela administração pública em conjunto com organizações acadêmicas.

- Apoiar a efetiva implantação do Parque Tecnológico de Campos dos Goytacazes, ou do Norte Fluminense. Estabelecer prioridade para o alcance do resultado desse sub eixo, tendo em vista o que isso vai representar para a imagem da região.

CONCLUSÃO

O presente Plano de Governo não representa cópia de nenhum outro, tendo sido elaborado pela equipe de assessoramento dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, em consonância ao que pensam e ao que recebem de *feedback* da população e das instituições ao longo da sua caminhada pré eleitoral.

Como pode ser observado, o plano que preconiza melhor qualidade de vida da população e se baseia no compromisso que todos devemos ter com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, deixa de incluir temas que são de responsabilidade natural da administração pública e que não caberia detalhamento aqui. Saúde, Educação, Transporte, Segurança, Meio Ambiente, política de desenvolvimento sustentável, são itens obrigatórios. O que os diferencia são as metas que podem levar os setores a desempenho de excelência.

Não se pretende com o Plano de Governo estabelecer limites, ou cerceamento a iniciativas que representem disrupção e sejam, portanto, fundamentais ao alcance de novos rumos visando um futuro promissor e mais seguro para a população do município. A administração pública precisa ser universal, isto é, atuar em todos os cantos do território campista.

A expectativa é de que o Conselho da Cidade possa monitorar o que for realizado pelo Plano de Governo, promovendo os acréscimos que as evidências, os novos cenários, assim exigirem. Fazer isso em conjunto com o Poder Legislativo, sobretudo quando o assunto exigir normatização prevista em lei.